

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MICHAEL WILLIAN CONRADT

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL OBRIGATÓRIA NO STF: Uma análise do julgamento da ADI nº 5.794 à luz dos posicionamentos anteriores da Corte

CURITIBA

2018

MICHAEL WILLIAN CONRADT

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL OBRIGATÓRIA NO STF: Uma análise do julgamento da ADI nº 5.794 à luz dos posicionamentos anteriores da Corte

Artigo científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, requisito parcial à conclusão de curso de graduação de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Profº Dr. Sandro Lunard Nicoladeli.

CURITIBA

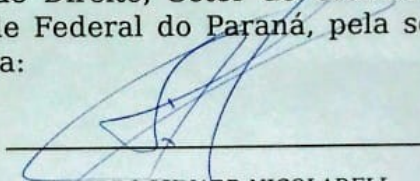
2018

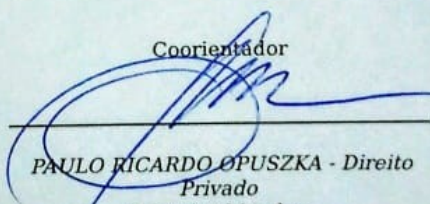
TERMO DE APROVAÇÃO

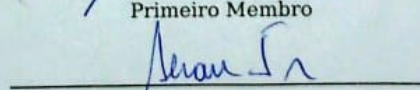
MICHAEL WILLIAN CONRADT

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL OBRIGATÓRIA NO STF: Uma análise da ADI nº 5.794 à luz das posições anteriores da Corte

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:


SANDRO LUNARD NICOLADELI
Orientador

Coorientador

PAULO RICARDO OPUSZKA - Direito
Privado
Primeiro Membro


MARCO AURÉLIO SERAU JÚNIOR
Segundo Membro

RESUMO

O trabalho apresenta uma análise do julgamento da ADI nº 5.794, no qual o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical legal trazida pela Lei da Reforma Trabalhista, foi julgada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal. A análise foi realizada à luz dos posicionamentos anteriores firmados pela respectiva corte sobre o tema: natureza tributária, coerência lógica com a imposição da unicidade sindical, matéria a ser regida por lei complementar e compatibilidade com o Princípio da Liberdade Sindical, de caráter muito relativo no sistema sindical. O debate jurídico se dividiu em dois eixos. Em um, se discutiu a presença da inconstitucionalidade formal, pautada pela natureza tributária da contribuição sindical, com base no Art. 149. A tese vencedora afastou alegações neste sentido a partir de diferentes fundamentos. Destacam-se alguns votos que consideraram que a referida contribuição não seria tributo. No segundo eixo, debateu-se a compatibilidade do fim da compulsoriedade com o sistema sindical constitucional desenhado no Art. 8º da Constituição. Enquanto os votos vencidos ressaltaram a dependência que um sistema fundado na unicidade e representatividade obrigatória, elementos de origem corporativista, tem em um mecanismo de financiamento compulsório, a tese vencedora desconsiderou essa sistematização, e apontou a alteração como uma concretização do Princípio da Liberdade Sindical. Assim, o estudo conclui que as posições adotadas pelo STF no julgamento contrastam com aquelas firmadas pela Corte em julgados anteriores. Além disso, o discurso da compatibilidade com o Princípio da Liberdade Sindical mascara uma reforma que não propõe um novo modelo marcado pela liberdade, mas sabota o já problemático sistema escolhido pela Constituição Federal, como já demonstram estudos na área.

Palavras-chave: Contribuição Sindical. Reforma Trabalhista. Supremo Tribunal Federal. ADI nº 5.794.

ABSTRACT

The paper presents an analysis of the judgment of case ADI 5794, in which the extinction of the compulsory union contribution brought by the Labor Reform Law was judged constitutional by the Supreme Federal Court. The analysis was carried out in the light of previous positions signed by the Court on the subject: tax nature, logical coherence with the imposition of union unity, a matter to be governed by complementary law, and compatibility with the Trade Union Freedom Principle. The legal debate was divided into two axis. In one, the presence of formal unconstitutionality was discussed, considering the tax nature of the union contribution, taking into account the Article 149 of the Constitution. The winning thesis repelled those arguments basing itself on various foundations. The votes that considered that the mentioned contribution would not be a tribute were prevalent. On the second axis, the compatibility of the end of the compulsory contribution with the constitutional union system drawn in Article 8 of the Constitution was discussed. While the defeated votes emphasized the dependence that a system based on unity and obligatory representativity, elements of corporatist origin, has in a mechanism of compulsory financing, the winning thesis disregarded this systematization, and pointed to the change as an embodiment of the Freedom of Association Principle. Thus, the study concludes that the positions adopted by the Supreme Court in the trial contrast with those established by the Court in previous judgments. In addition, the discourse on compatibility with the Trade Union Freedom Principle masks a reform that does not propose a new model marked by freedom, but sabotages the already problematic system chosen by the Federal Constitution, as shown by studies in the area.

Keywords: Union contribution. Labor Reform. Supreme Federal Court. ADI nº 5.794.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL OBRIGATÓRIA SEGUNDO O STF NA VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	7
2.1 O RECONHECIMENTO DA NATUREZA TRIBUTÁRIA DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL OBRIGATÓRIA.....	7
2.2 A LÓGICA DO SISTEMA SINDICAL CONSTITUCIONAL: A VINCULAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE COBRANÇA À CONCRETIZAÇÃO DA UNICIDADE SINDICAL	9
2.3 A RECEPÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL OBRIGATÓRIA PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	11
2.4 APONTAMENTOS PARCIAIS: AS POSIÇÕES DEFINIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	13
3 O CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE SOBRE O FIM DA COMPULSORIEDADE: O DEBATE JURÍDICO NA ADI Nº 5794.....	14
3.1 ARGUMENTOS FAVORÁVEIS À INCONSTITUCIONALIDADE DO FIM DA COMPULSORIEDADE.....	15
3.2 A TESE VENCEDORA: OS FUNDAMENTOS DA CONSTITUCIONALIDADE DO FIM DA COMPULSORIEDADE.....	18
3.2.1 A constitucionalidade material e a consonância com o Princípio da Liberdade Sindical.....	18
3.2.2 O afastamento das inconstitucionalidades formais.....	20
4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O JULGAMENTO DO STF NA ADI Nº 5.794 EM FACE DAS POSIÇÕES ANTERIORES DA CORTE.....	23
4.1 A QUESTÃO DA NATUREZA TRIBUTÁRIA.....	23
4.2 A DISCUSSÃO DA EXIGÊNCIA DE LEI COMPLEMENTAR.....	25
4.3 O VÍNCULO DE DEPENDÊNCIA COM A UNICIDADE E O PRINCÍPIO DA LIBERDADE SINDICAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

A Reforma Trabalhista de 2017 impôs a alteração de dezenas de dispositivos da CLT, e modificou alguns pontos da Lei da Terceirização. Esta, por si só, já tem cobrado da academia um olhar cuidadoso e aprofundado sobre os seus impactos nos direitos individuais e coletivos dos trabalhadores, que objetive o desenvolvimento de uma análise crítica e combativa.

Extremamente controversa, a lei já foi alvo de inúmeras ações diretas de inconstitucionalidade, e tem recebido o respaldo do Supremo Tribunal Federal. Foi assim na ADPF nº 324 e no RE nº 958.252, nos quais se julgou constitucional a reforma da Lei nº 6.019/74, que introduziu a possibilidade legal de terceirização da atividade-fim. Na ADI nº 5.766, que questiona as normas sobre justiça gratuita e honorários de sucumbência, já houve pronunciamento do Min. Barroso, relator, entendendo serem constitucionais tais mudanças. O julgamento da ADI nº 5.794, sobre a contribuição sindical obrigatória, e objeto do presente estudo, teve o mesmo desfecho. A apreciação por esta corte constitucional de pontos atacados na Reforma Trabalhista também se apresenta como um relevante objeto de estudo.

A partir destas considerações, se constata a necessidade de um estudo que analise a fundo o julgamento da ADI nº 5.794, mas não só. Parece necessário entender quais eram as posições do STF sobre a contribuição sindical obrigatória antes do julgamento, para uma compreensão mais rica dos posicionamentos adotados pela corte. Assim, se visa compreender o que este julgamento representa dentro da jurisprudência do Corte.

A pesquisa de precedentes foi realizada no banco de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Utilizou-se o filtro de pesquisa “*(contribuição adj1 sindical) adj1 (obrigatória ou compulsória)*” para a obtenção de acórdãos anteriores sobre o tema. Todos os acórdãos retornados pela busca foram analisados. A ADI nº 5.794 foi analisada com base no voto em sede de Medida Cautelar do ministro relator Edson Fachin, e nos vídeos do julgamento em plenário transmitidos pela TV Justiça e disponibilizados pelo canal do STF na plataforma do *YouTube*, tendo em vista que o acórdão ainda não foi publicado.

2 A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL OBRIGATÓRIA SEGUNDO O STF NA VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

O STF foi chamado para se manifestar sobre a contribuição sindical obrigatória em pelo menos cinco oportunidades, desde a promulgação da Constituição da República de 1988 até a ADI nº 5.794.

Quatro destas merecem atenção, considerando que na última não houve discussão de mérito: o Mandado de Segurança nº 35.471-DF, julgado em junho de 2018, de relatoria do Ministro Fux, não reconheceu a presença dos vícios exigidos para a possibilidade de utilização do referido remédio constitucional¹.

Os demais, contudo, trataram de questões muito relevantes sobre o tema. O primeiro deles foi a ADI nº 1.076, onde se pretendia o reconhecimento da inconstitucionalidade de norma que proibia o financiamento eleitoral por entidades sindicais nas eleições de 1994. No segundo, em Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 21.758-DF, o litigante atacou a aplicação para os sindicatos de servidores públicos. A terceira decisão se deu no Recurso Extraordinário nº 180.745-8, no qual se discutiu a recepção do Art. 578 e seguintes da CLT pela Constituição de 1988. Por fim, no Recurso Extraordinário nº 1.055.524, julgado em 2018, também entrou em debate a aplicação da regra para os sindicatos de servidores públicos.

Organizamos as análises segundo três posições consolidadas, tratadas na sequência.

2.1 O RECONHECIMENTO DA NATUREZA TRIBUTÁRIA DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL OBRIGATÓRIA

A primeira decisão a tratar sobre a contribuição sindical obrigatória se deu na ADI nº 1.076, que teve como relator o Min. Sepúlveda Pertence, julgada no dia 15 de junho de 1993. A ação foi movida pelo Partido dos Trabalhadores, que objetivava obter a declaração da inconstitucionalidade do Art. 45, VI, da Lei n. 8.713/94², reguladora das eleições de 1994.

1 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Emb.Decl. no Ag.Reg. em Mandado de Segurança nº 35.471-DF. Sindicato dos Servidores Municipais de Itaboraí e Tanguá. Presidente da República. Presidente do Senado Federal. Presidente da Câmara dos Deputados. Relator: Luiz Fux. **Diário de Justiça**. 22 jun. 2018. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=15095505>>. Acesso em: 25 out. 2018., p. 2.

2 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1076-DF. Partido dos Trabalhadores. Presidente da República e Congresso Nacional. Relator: Sepúlveda Pertence. **Diário de Justiça**. Brasília, 07 dez. 2000. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=346810>>. Acesso em: 25 out. 2018., p. 117.

O dispositivo legal que foi objeto da ação vedava aos partidos e candidatos o recebimento direto ou indireto de doações (em dinheiro ou estimáveis), cujos doadores fossem entidades sindicais ou de classe. A norma veio para proibir, portanto, os sindicatos de realizarem financiamento de campanha eleitoral³.

O Partido dos Trabalhadores apontou a quebra do princípio da isonomia na discriminação, além de fazer outras críticas à lei. Argumentou no sentido de que a proibição não se explicava pela contribuição sindical obrigatória, fixada em lei, porque esta era a única fonte de custeio que guardava alguma relação com o poder público. E mesmo assim, segundo o então requerente, tal relação seria apenas de intermediação, porque os recursos arrecadados pela contribuição legal pertenceriam aos próprios trabalhadores⁴. Portanto, a ação apresentava argumentação no sentido de que a contribuição sindical obrigatória não constituía recurso público.

Tais argumentos, contudo, não foram acatados pelo STF na ocasião. Para o então relator Min. Sepúlveda Pertence, o que embasava a constitucionalidade da proibição aos sindicatos de financiarem campanha eleitoral era justamente o fato de que as entidades tinham como principal fonte de custeio a contribuição sindical obrigatória. Segundo o ministro, esta seria de natureza tributária declaradamente reconhecida pela Constituição⁵, e com amplo suporte da doutrina⁶.

Convém ressaltar, por fim, que a concepção da natureza jurídica da contribuição sindical obrigatória como tributária não foi contrariada em nenhum dos demais votos. Houve divergência apenas quanto à possível inconstitucionalidade da

3 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1076-DF. Partido dos Trabalhadores. Presidente da República e Congresso Nacional. Relator: Sepúlveda Pertence. **Diário de Justiça**. Brasília, 07 dez. 2000. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=346810>>. Acesso em: 25 out. 2018., p. 117.

4Ibidem., p. 129.

5Ibidem., p. 131.

6 A posição apresentada pelo julgador conta, de fato, com amplo embasamento doutrinário. Para COELHO, a contribuição sindical possui natureza tributária em prol das entidades representativas das categorias profissionais. Com a Constituição de 1988, o tributo passou a se sujeitar aos princípios da legalidade e da anterioridade (1994). Além deste, MACHADO concebe a contribuição sindical obrigatória como tributo a partir da leitura conjunta dos artigos 149 e 8º, IV, da Constituição. A referida contribuição prevista em lei é reconhecida pelo autor como contribuição social tratada no Art. 149. Portanto, este autor vê a entidade sindical é credora da referida contribuição (1995). No mesmo sentido, BASTOS e MARTINS compreendem que o instituto do imposto sindical, assim chamado antes da Constituição, está capitulado constitucionalmente no Art. 149. O mesmo confirma a natureza tributária, que depende de lei para a instituição, e corresponde ao salário de um dia por ano dos trabalhadores (2004).

proibição das entidades de classe⁷ – tal questão, contudo, extrapola os objetivos aqui pretendidos.

Da análise deste primeiro julgado, extraímos duas conclusões principais.

A primeira delas é que, em termos políticos, o entendimento extraído do plenário do STF contrariou interesses da comunidade sindical brasileira, afastada da seara política e eleitoral. O STF entendeu que a proibição de financiamento eleitoral pelas entidades sindicais e de classe era constitucional.

Trata-se, contudo, de constatação importante, especialmente em face da segunda conclusão: o principal fundamento jurídico da decisão foi justamente a natureza tributária e o caráter público da principal fonte de financiamento das estruturas sindicais brasileiras: a contribuição sindical obrigatória, prevista no Art. 578 e seguintes da CLT. Se as entidades sindicais eram financiadas por um tributo, pago pelos integrantes da categoria, não seria razoável que esta verba, de caráter público, retirada do bolso de trabalhadores com diferentes preferências políticas, se tornasse objeto de financiamento político em campanhas eleitorais.

2.2 A LÓGICA DO SISTEMA SINDICAL CONSTITUCIONAL: A VINCULAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE COBRANÇA À CONCRETIZAÇÃO DA UNICIDADE SINDICAL

O Art. 8º da Constituição Federal apresenta alguns elementos do sistema sindical constituído que contrastam com a promulgação da liberdade sindical⁸. O inciso II prevê a unicidade sindical, que veda a criação de mais de uma organização sindical representativa de categoria profissional ou econômica na mesma base territorial. Além disso, há menção à contribuição compulsória no inciso IV. Tal sistema preservou elementos de um modelo de unicidade implantado pelo Estado Novo, que tinha como pressuposto de funcionamento o financiamento compulsório⁹.

Estes pontos foram objeto de discussão no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 21.758/DF. Julgou-se Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto pelo Sindicato dos Servidores Federais no Estado do Rio de Janeiro (SINDISERF/RJ), que visava compelir a autoridade competente a descontar

7 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1076-DF. Partido dos Trabalhadores. Presidente da República e Congresso Nacional. Relator: Sepúlveda Pertence. **Diário de Justiça**. Brasília, 07 dez. 2000. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=346810>>. Acesso em: 25 out. 2018., p. 138.

8 NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compêndio de Direito Sindical**. 8. Ed. São Paulo: LTr, 2009, p. 162.

9 DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**: obra revista, atualizada e ampliada, conforme lei n. 13.567/17 e MPr n. 808/17. 17. ed. São Paulo: LTr, 2018, p. 1587-1588.

de funcionários do Estado do Rio de Janeiro a contribuição sindical compulsória prevista no Art. 579 da CLT¹⁰.

A principal peculiaridade provém do fato de que a entidade sindical litigante representava servidores públicos, e não empregados celetistas.

O Mandado de Segurança foi denegado em instância inferior, sob o argumento de que a contribuição sindical estaria vinculada ao princípio da unicidade, não obrigatório para os sindicatos de servidores públicos, e que não havia no processo prova pré-constituída para tal¹¹. A controvérsia girou, portanto, em torno da questão dessa prova.

Por outro lado, a fundamentação jurídica do voto merece algumas considerações, de extrema relevância para a compreensão do sistema sindical vigente no Brasil até a Reforma Trabalhista de 2017.

O Ministro Relator Sepúlveda Pertence ressaltou que a formação dos sindicatos de servidores públicos é facultada, nos termos do Art. 37, IV, da Constituição Federal. Assim, não haveria suporte jurídico para a exclusão destes sindicatos do regime da contribuição sindical obrigatória¹².

Contudo, a admissibilidade da contribuição sindical estaria intrinsecamente vinculada ao sistema de unicidade sindical, consagrado explicitamente no texto constitucional¹³. Isso significa que a contribuição sindical obrigatória só seria devida se estivesse cumprido o requisito da unicidade.

Anos depois, o mesmo entendimento foi reproduzido em processo de relatoria do Min. Gilmar Mendes. O entendimento veio no Agravo Regimental de iniciativa do Estado de São Paulo sobre o julgamento de Recurso Extraordinário n. 1.055.524, por sua vez movido sobre Mandado de Segurança impetrado contra ato do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que indeferiu pedido de desconto da contribuição sindical legal devido pelos investigadores de polícia do respectivo Estado¹⁴. A discussão era sobre se os servidores públicos estatutários

10 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº. 21758-1-DF. Sindicato dos Servidores Federais no Estado do Rio de Janeiro - SINDISERF/RJ. União Federal. Relator: Sepúlveda Pertence. **Diário de Justiça**. Brasília, 04 nov. 1994 p. 201.

11 *Ibidem.*, p. 204.

12 *Ibidem.*, p. 210.

13 *Ibidem.*, p. 211.

14 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ag.Reg. no Recurso Extraordinário nº 1.055.524-SP. Estado de São Paulo. Sindicato dos Investigadores de Polícia Civil do Estado de São Paulo – SIPESP. Relator: Gilmar Mendes. **Diário de Justiça**. Brasília, 27 mar. 2018. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14561176>>. Acesso em: 25 out. 2018, p. 2.

deveriam recolher a contribuição legal. Considerou-se a decisão agravada acertada, por estar em consonância com os precedentes do STF, aqui analisados: recepção da contribuição sindical obrigatória pela Constituição de 1988 e a inclusão dos servidores públicos na cobrança¹⁵.

Ou seja: o STF voltou a decidir que a contribuição sindical obrigatória era aplicável aos trabalhadores do setor público, desde que cumprido o requisito da unicidade.

Disso concluímos que a percepção de que há uma relação de dependência entre a unicidade sindical e a contribuição sindical obrigatória teve o reconhecimento alcançado pela mais alta corte do país. A unicidade sindical, ao lado da representatividade obrigatória, compõe um sistema que se harmoniza com a contribuição sindical obrigatória. O monopólio da representação contribui, segundo estudos, para a fragmentação das entidades sindicais – no Brasil a taxa de sindicalização é muito baixa¹⁶. Assim sendo, a contribuição sindical obrigatória acaba possibilitando o funcionamento de um sindicalismo sem sindicalizados. Este monopólio da representação, ao lado da contribuição obrigatória, estimula a fragmentação das entidades. Por outro lado, os elementos possibilitam o funcionamento de um sindicalismo em face da ausência ou baixo número de sindicalizados¹⁷.

2.3 A RECEPÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL OBRIGATÓRIA PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Em 1994, o STF julgou Recurso Extraordinário nº 180.745-8/SP, movido pelo Décimo Sexto Cartório de Notas da Capital (SP), que pretendia obter a declaração de inconstitucionalidade do Art. 578 da CLT, supostamente incompatível com o Art. 8º da CF, e com os princípios gerais de direito tributário¹⁸.

15 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ag.Reg. no Recurso Extraordinário nº 1.055.524-SP. Estado de São Paulo. Sindicato dos Investigadores de Polícia Civil do Estado de São Paulo – SIPESP. Relator: Gilmar Mendes. **Diário de Justiça**. Brasília, 27 mar. 2018. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14561176>>. Acesso em: 25 out. 2018, p. 6.

16 GALVÃO, Andrea (Coord). **Movimento sindical e negociação coletiva**. Teto para discussão nº 5. CESIT, UNICAMP, 2017. Disponível em: <<http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/11/Texto-de-discuss%C3%A3o-5-Negociacao-coletiva-e-sindicalismo-1.pdf>> acesso em: 25 set. 2018, p. 35.

17 *Ibidem.*, p. 5.

18 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 180.745-8-SP. Décimo Sexto Cartório de Notas da Capital. Seanor Sindicato dos Escreventes e Auxiliares Notariais e Registrais do Estado de São Paulo. Relator: Sepúlveda Pertence **Diário de Justiça**. Brasília, 08 mai. 1998. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=225529>>.

O Min. Sepúlveda Pertence reiterou o seu posicionamento favorável ao instituto da contribuição sindical obrigatória no regime constitucional vigente. Para tanto, construiu interpretação sobre o texto do Art. 8º, IV, da Constituição Federal, destacando a ressalva final: “independente da contribuição prevista em lei”. Segundo o magistrado, este trecho “teve o sentido inequívoco de preservar a possibilidade da contribuição parafiscal, instituída em lei para o custeio do sistema sindical”¹⁹.

Convém destacar que o voto citou diretamente a doutrina de Sérgio Pinto Martins, segundo o qual o referido trecho do inciso IV do Art. 8º foi resultado de negociação na Assembleia Constituinte de grupos que tinham interesse direto na manutenção da contribuição sindical legal, e que para tal, abriram mão da efetiva estabilidade no emprego, nos termos da redação do inciso I do Art. 7º²⁰.

Para reconhecer a constitucionalidade do Art. 578 da CLT, o STF precisou enfrentar dois argumentos: incompatibilidade com o Art. 149 da Constituição Federal e violação ao Princípio da Liberdade Sindical.

Segundo o referido dispositivo constitucional, a instituição de contribuições sociais de interesse das categorias profissionais ou econômicas só poderia se dar mediante lei complementar, conforme menção ao Art. 146, III. A CLT, por outro lado, é lei ordinária. Para o então recorrente, neste sentido, haveria inconstitucionalidade formal da norma instituidora da contribuição sindical obrigatória.

Contudo, aplicou-se o entendimento apresentado no RE 146.733, segundo o qual, com base nos §§ 3º e 4º do Art. 34 do ADCT, estaria legitimada a recepção pela nova ordem tributária de legislação ordinária pré-constitucional criadora de tributo. Segundo estes dispositivos, a ausência de imprescindibilidade de normas gerais estabelecidas por lei complementar permitiria a edição de lei ordinária por qualquer ente federativo a instituir novas modalidades tributárias, com vigência a partir de 1º de março de 1989, quando entrou em vigor o novo sistema tributário nacional. Aplicou-se exatamente o mesmo raciocínio para o reconhecimento da recepção da contribuição sindical obrigatória²¹.

Acesso em: 25 out. 2018, p. 715.

19 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 180.745-8-SP. Décimo Sexto Cartório de Notas da Capital. Seanor Sindicato dos Escreventes e Auxiliares Notariais e Registrais do Estado de São Paulo. Relator: Sepúlveda Pertence **Diário de Justiça**. Brasília, 08 mai. 1998. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=225529>>. Acesso em: 25 out. 2018, p. 716.

20 *Ibidem.*, p. 717.

21 *Ibidem.*, p. 719.

Em paralelo, o STF também considerou a inexistência de incompatibilidade entre a contribuição sindical obrigatória e o Princípio da Liberdade Sindical, proclamado no Art. 8º da Constituição. O entendimento apresentado foi no sentido de que o princípio foi relativizado pela manutenção de elementos de origem corporativistas no sistema sindical. Tais elementos consistiriam no modelo de unicidade, prevista no Art. 8º, II, que veda a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, e na própria contribuição sindical de natureza tributária, mencionada no fim do inciso IV do Art. 8º²².

Extraímos deste julgado duas conclusões principais. A primeira diz respeito à recepção formal do Art. 578 da CLT, possível apenas em razão das regras de transição presentes no ADCT, visto se considerar a exigência de lei complementar. Além desta, o STF apresentou entendimento no sentido de que o Princípio da Liberdade Sindical previsto na Constituição Federal é relativizado no próprio corpo normativo constitucional, fazendo com que a forma de financiamento das entidades sindicais prevista em lei esteja em plena compatibilidade com o regime sindical escolhido pelo Poder Constituinte.

2.4 APONTAMENTOS PARCIAIS: AS POSIÇÕES DEFINIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A partir da análise destes acórdãos a tratar da contribuição sindical obrigatória²³, conseguimos identificar três entendimentos principais apresentados pelo STF a respeito do tema desde 1988.

O mais básico e incontroverso parece ser o da natureza tributária da contribuição sindical obrigatória, que encontra como principal fundamento o Art. 149 da Constituição Federal.

O segundo, de extrema importância para os debates realizados na ADI nº 5.794, diz respeito à estrita ligação existente entre a contribuição sindical obrigatória e a regra da unicidade. Demonstra-se que a presença do tributo é extremamente

22 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 180.745-8-SP. Décimo Sexto Cartório de Notas da Capital. Seanor Sindicato dos Escreventes e Auxiliares Notariais e Registrais do Estado de São Paulo. Relator: Sepúlveda Pertence **Diário de Justiça**. Brasília, 08 mai. 1998. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=225529>>. Acesso em: 25 out. 2018., p. 721.

23 Estes foram todos os acórdãos que constaram na busca realizada no banco de jurisprudência do STF, conforme descrito na introdução.

necessária em um sistema que conserva o monopólio da representação de uma categoria profissional.

Por fim, destaca-se a recepção da contribuição sindical obrigatória pela Constituição Federal, com base no final da redação do Art. 8º, IV. A recepção se deu formalmente, pelas normas transitórias presentes nos §§ 3º e 4º do Art. 34 do ADCT, mas principalmente materialmente, porque a liberdade sindical do sistema brasileiro é altamente relativizada, em face dos institutos da unicidade e representatividade obrigatória de toda a categoria, previstos no Art. 8º.

3 O CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE SOBRE O FIM DA COMPULSORIEDADE: O DEBATE JURÍDICO NA ADI Nº 5794

A Reforma Trabalhista de 2017 convolou a contribuição sindical obrigatória, tratada pela CLT nos arts. 578 a 610, em contribuição sindical voluntária, que passou a ser passível de desconto apenas mediante expressa e prévia autorização dos participantes das categorias econômicas e profissionais²⁴.

A nova norma legal foi atacada por 19 ações diretas de inconstitucionalidade, bem como defendida em uma ação declaratória de constitucionalidade²⁵. Todas foram apensadas na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.794, julgada em plenário pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 28 e 29 de junho de 2018. A corte julgou as alterações legais atacadas constitucionais, pelo placar de 6x3²⁶.

A seguir, passamos a abordar os argumentos envolvidos no debate jurídico²⁷. Primeiramente, consta a análise dos argumentos presentes nos votos vencidos, que sustentaram a presença de inconstitucionalidades no fim da compulsoriedade. Após,

24 DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**: obra revista, atualizada e ampliada, conforme lei n. 13.567/17 e MPr n. 808/17. 17. Ed. São Paulo: LTr, 2018, p. 1599.

25 Segundo MENDES e BRANCO, o controle de constitucionalidade pode se dar por via incidental ou principal. Nesta segunda, a questão constitucional é suscitada autonomamente, em processo ou ação principal, por meio de ação direta de inconstitucionalidade ou declaratória de constitucionalidade, para que o STF declare a presença ou não de inconstitucionalidade, tornando a norma inválida, se for o caso (2015, p. 1048). Entidades diretamente interessadas na alteração legal optaram pela via principal, ajuizando as seguintes ações: ADI 5794, ADI 5912, ADI 5923, ADI 5859, ADI 5865, ADI 5813, ADI 5885, ADI 5887, ADI 5913, ADI 5810, ADC 55, ADI 5811, ADI 5888, ADI 5892, ADI 5806, ADI, 5815, ADI 5850, ADI 5900, ADI 5950 e ADI 5945.

26 Foram vencidos os ministros Edson Fachin, Rosa Weber e Dias Toffoli, e vencedores Luís Fux, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Marco Aurélio de Mello e Carmen Lúcia. Os ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski estiveram ausentes.

27 Ressaltamos que a abordagem foi realizada com base nos vídeos do julgamento em plenário da ADI nº 5.794, disponíveis no canal do STF no *YouTube*, tendo em vista que o acórdão ainda não foi publicado. A exceção é o voto do Min. Fachin, cujos argumentos já estavam presentes na decisão de Medida Cautelar, e foram repetidos em sua apresentação no pleno.

são abordados as posições que consolidaram a declaração de constitucionalidade da alteração legal questionada.

3.1 ARGUMENTOS FAVORÁVEIS À INCONSTITUCIONALIDADE DO FIM DA COMPULSORIEDADE

Dois dos principais argumentos a favor da inconstitucionalidade da alteração legal foram trazidos logo na Medida Cautelar concedida pelo Relator Min. Edson Fachin. Esta foi concedida após pedidos de entidades sindicais, que alegaram a presença de urgência diante da absurda queda de arrecadação²⁸.

A decisão recorreu à história do sindicalismo brasileiro, relembrando a ruptura de modelos ocorrida na década de 1930, quando os sindicatos passaram de pessoas jurídicas de direito privado para órgãos de colaboração do Governo e perderam a sua autonomia de atuação²⁹. O marco regulatório inaugural desse período foi o Decreto nº 24.694/1934, que estabeleceu a proibição de criação de mais de um mesmo sindicato para uma determinada categoria na mesma base territorial. Tal modelo, de unicidade, foi ratificado pela Constituição de 1937³⁰. Esta característica se manteve nos governos militares, visto que tal sistema se prestava aos seus propósitos³¹.

O voto não chegou a comentar a alteração do Art. 611 da CLT imposta pelo Regime Militar em 1967. Até então, o instrumento coletivo homologado pela autoridade pública era aplicável apenas aos sindicalizados. A partir Decreto-lei nº 229, os contratos coletivos passaram a ter eficácia para toda a categoria representada³². A consequência foi a de que os trabalhadores não precisariam mais estar sindicalizados para gozarem das vantagens obtidas na negociação coletiva.

O Relator enfatizou que estes dois elementos, da unicidade sindical e da representação sindical obrigatória de toda a categoria, sobreviveram à Constituição de 1988. Ressaltou ainda que um dos principais efeitos da compulsoriedade é este efeito *erga omnes* das normas que resultam de negociações coletivas³³. O fim da compulsoriedade deveria ser analisado levando-se em consideração este sistema

28 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.794-DF. Relator: Edson Fachin. **Diário de Justiça Eletrônico**. 30 mai. 2018, p. 8.

29 *Ibidem*, p. 14.

30 *Ibidem*., p. 15.

31 *Ibidem*., p. 17.

32 RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho**: História, Mitos e Perspectivas no Brasil.

1. Ed. São Paulo: LTr, 2012, p. 236.

33 *Op. cit.*, p. 19.

sindical, com origens autoritárias, mas preservado pela Constituição. Do contrário, haveria desfiguração do sistema sindical constituído e consequente frustração de gama de direitos fundamentais sociais³⁴.

Assim, com base nos precedentes já analisados neste trabalho, foi ressaltada a ligação de dependência entre a unicidade sindical e a contribuição sindical obrigatória³⁵, bem como a relativização da liberdade sindical adotada pela Constituição³⁶, exatamente pela manutenção destes elementos.

O argumento apresentado, em suma, seria o reconhecimento de que a mudança de um dos pilares do sistema, sem alteração dos demais, poderia resultar na desestabilização do regime³⁷. Concluiu a decisão:

Sem o pluralismo sindical, e a persistência de representação obrigatória de toda a categoria por parte dos sindicatos, a facultatividade da contribuição destinada ao custeio dessas entidades pode se tornar um instrumento de obnubilação do direito à sindicalização, que, inequivocamente reconhecido pelo constituinte de 1988, não poderia ser restringido, a esse ponto de atingir-se seu núcleo essencial [...] ³⁸.

Após a decisão em Medida Cautelar, a ADI nº 5.794 foi levada a julgamento no plenário. O Min. Relator abriu a votação, repetindo os argumentos no seu voto³⁹.

O caráter híbrido do sistema sindical brasileiro foi ressaltado no primeiro voto a acompanhar o Relator, apresentado pela Min. Rosa Weber. Tal sistema contempla paralelamente o Princípio da Liberdade Sindical e os elementos provenientes do autoritarismo presente na história brasileira, que mitigam esta liberdade, nos termos do Art. 8º. Ressaltou, assim, os precedentes da corte, segundo os quais se considerou a relação de dependência entre a unicidade e a contribuição sindical obrigatória⁴⁰.

O mesmo voto também apontou que existem quatro fontes de custeio sindical previstas no ordenamento, mas que três dessas estão limitadas ao pagamento dos sindicalizados. A contribuição sindical obrigatória era a única fonte

34 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.794-DF. Relator: Edson Fachin. **Diário de Justiça Eletrônico**. 30 mai. 2018,, p. 20.

35 *Ibidem.*, p. 21.

36 *Ibidem.*, p. 23.

37 *Ibidem.*, p. 18.

38 *Ibidem.*, p. 30.

39 STF. Iniciado o julgamento sobre fim da obrigatoriedade da contribuição sindical (2/2). **YouTube**, 30 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yd5ha3wwK6c&t=516s>>. Acesso em 02 out. 2018, 00:46:38-01:29:17.

40 STF. PLENO – STF julga constitucional fim da contribuição sindical obrigatória. **YouTube**, 29 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0SgdMkxJUVo&t=1698s>>. Acesso em 26 set. 2018, 00:56:25-01:28:33.

que se impunha a todos os integrantes da categoria. Tal situação estaria em harmonia com o Art. 8º, III, da Constituição, segundo o qual o sindicato representa toda a categoria, e não apenas os associados⁴¹.

O Min. Dias Toffoli, no mesmo sentido, enfatizou a natureza tributária consolidada nos precedentes, e traçou um paralelo com o custeio da previdência social, de natureza igualmente tributária. Segundo este, a grande fragilidade estaria na total ausência de uma transição, visto que a própria Constituição reconheceria a necessidade deste financiamento pelas entidades⁴².

Por fim, o voto do Min. Fachin apontou a inconstitucionalidade formal na alteração legal impugnada. A partir da admissão da natureza tributária da contribuição sindical obrigatória, consolidada na doutrina e na jurisprudência do STF, concluiu que a alteração deveria ter sido acompanhada do seu impacto orçamentário e financeiro, nos termos do Art. 113 do ADCT, incluído pela EC 95/2016⁴³. O voto enfatizou que, segundo o antigo Art. 589 da CLT, 20% do valor arrecadado pela contribuição sindical obrigatória tinha destinação à Conta Especial Emprego e Salário (FAT), constituindo, portanto, receita pública⁴⁴. Em reforço ao voto do Relator, a Min. Rosa Weber lembrou que a contribuição sindical custeia o programa seguro-desemprego, abono salarial e financiamento de programas de desenvolvimento econômico, nos termos do Art. 10 da Lei n. 7.998/90⁴⁵.

Observam-se dois eixos argumentativos principais. O último apresentado embasa a presença de inconstitucionalidade formal, a partir da natureza tributária da contribuição sindical compulsória e da destinação de parte da arrecadação para os cofres públicos. Nesse sentido, teria havido renúncia de receita, que exigiria o acompanhamento de impacto orçamentário.

O outro eixo leva em consideração todo o sistema sindical desenhado pelo Art. 8º, que mescla uma liberdade sindical com unicidade e representação obrigatória de toda a categoria. Tal sistema só poderia funcionar com financiamento compulsório, e ficaria completamente desestruturado com o fim da compulsoriedade.

41 STF. PLENO – STF julga constitucional fim da contribuição sindical obrigatória. **YouTube**, 29 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0SgdMkxJUVo&t=1698s>>. Acesso em 26 set. 2018, 00:56:25-01:28:33.

42 *Ibidem*, 01:28:47-01:37:47.

43 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Ação direta de Inconstitucionalidade nº 5.794-DF. Relator: Edson Fachin. **Diário de Justiça Eletrônico**. 30 mai. 2018, p. 32.

44 *Ibidem*., p. 32.

45 *Op. cit.*, 00:56:25-01:28:33.

A desfiguração do regime sindical resulta na frustração de uma gama de direitos fundamentais sociais sustentados na Constituição Federal.

3.2 A TESE VENCEDORA: OS FUNDAMENTOS DA CONSTITUCIONALIDADE DO FIM DA COMPULSORIEDADE

Os seis ministros⁴⁶ que afastaram a presença de inconstitucionalidade nas alterações legais questionadas se pautaram em dois principais para abordar seus entendimentos: a consonância com o Princípio da Liberdade Sindical e o afastamento pontual de inconstitucionalidades formais.

3.2.1 A constitucionalidade material e a consonância com o Princípio da Liberdade Sindical

A divergência em relação ao voto do Relator foi aberta pelo Min. Luís Fux. Aqui, se afastou a existência de imposição constitucional de obrigatoriedade, a partir de leitura do Art. 8º, IV. Afirmou que este delega ao legislador estabelecer a contribuição legal, sem impor nenhum comando que determine a presença de compulsoriedade. Acrescentou ainda que a liberdade de associação sindical é completamente incompatível e incoerente com a obrigatoriedade imposta a toda a categoria de pagamento da contribuição, que engloba associados e não associados⁴⁷.

O voto apresentado pelo Min. Alexandre de Moraes apresentou argumentos sólidos, também norteados pelo Princípio da Liberdade Sindical, previsto constitucionalmente no Art. 8º da Constituição. O antiquado modelo sindical brasileiro não teria sido rompido pela Constituição de 1988 por ausência de condições políticas. Contudo, segundo o próprio ministro, houve avanços em relação ao modelo de origem autoritária, remanescente do Estado Novo. A evolução se deu para que o novo modelo sindical, com reminiscências do passado, tivesse como grande pilar a liberdade sindical⁴⁸.

46 Votaram pela constitucionalidade os Min. Luís Fux, Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso, Marco Aurélio de Mello e Carmen Lúcia. Os votos de Gilmar Mendes e Carmen Lúcia recebem pouco destaque neste trabalho por terem se limitado a acompanhar a divergência sem acrescentar novos argumentos ao debate. Ausentes os ministros Celso de Mello e Lewandowski.

47 STF. Iniciado o julgamento sobre fim da obrigatoriedade da contribuição sindical (2/2). **YouTube**, 30 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yd5ha3wwK6c&t=516s>>. Acesso em 02 out. 2018, 01:29:40-01:43:58

48 STF. PLENO – STF julga constitucional fim da contribuição sindical obrigatória. **YouTube**, 29 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0SgdMkxJUVo&t=1698s>>. Acesso em 26 set. 2018, 00:03:15-00:40:38.

Esta liberdade se dá em dois níveis, conforme voto em comento. O primeiro deles diz respeito à liberdade do próprio sindicato em relação ao Estado, no sentido de um rompimento com a lógica corporativista – o referido magistrado fez questão de lembrar que a unicidade nasceu justamente para que o Estado tivesse melhor controle sobre as entidades sindicais. Em segundo lugar, mencionou a centralidade da liberdade do trabalhador em relação ao sindicato – a ampla liberdade de se associar ou não. Em outras palavras, o trabalhador deixou de ser obrigado a estar filiado. Esses avanços são interpretados pelo ministro como um convite ao legislador para que, com novas condições, se siga a caminhada rumo a um alargamento da concretização da liberdade sindical⁴⁹. O voto do Min. Barroso também conceituou a liberdade sindical, compreendida como um direito de se filiar, de não se filiar, bem como de não contribuir compulsoriamente com um dia de salário do ano para os sindicatos⁵⁰.

Moraes ressaltou que a principal fonte de custeio, conforme leitura do Art. 8º, IV, da Constituição, é a contribuição confederativa, própria dos sistemas associativos. Segundo a interpretação apresentada, esta seria a fonte primária de custeio dos sindicatos para a Constituição. A contribuição sindical obrigatória, estabelecida em nível legal, estaria apenas autorizada, em caráter subsidiário. Não por acaso, o constituinte deixou a menção para o final da redação do inciso IV do Art. 8º. A contribuição legal não estaria, portanto, constitucionalizada, mas apenas autorizada pela Constituição⁵¹.

A conclusão do voto de Moraes foi no sentido de que o fim da obrigatoriedade teria respaldo justamente no Princípio da Liberdade Sindical. Com a alteração, o trabalhador sindicalizado passou a ter a liberdade de pagar ou não a contribuição legal.

O Min. Luís Roberto Barroso identificou na controvérsia um embate político entre um modelo sindical paternalista e outro que preza pela liberdade, bem como entre um modelo de subsídio e monopólio contra um modelo de livre iniciativa e autonomia individual. Contudo, o ministro admitiu expressamente a necessidade de se acabar com a unicidade sindical, fazendo em seu voto um apelo ao constituinte

49 STF. PLENO – STF julga constitucional fim da contribuição sindical obrigatória. **YouTube**, 29 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0SgdMkxJUVo&t=1698s>>. Acesso em 26 set. 2018, 00:03:15-00:40:38.

50 *Ibidem.*, 00:40:49-00:56:21.

51 *Ibidem.*, 00:03:15-00:40:38.

derivado – do contrário, o modelo não se sustentaria. Tal questão, contudo, extrapolaria as competências do STF, sendo tarefa do Poder Legislativo⁵².

Fux afirmou também a incompatibilidade da contribuição sindical obrigatória imposta a toda a categoria com a liberdade de expressão. Uma vez que os sindicatos adotam posicionamentos políticos, que podem divergir dos adotados por integrantes da categoria, haveria mais um problema na imposição afastada pela Reforma Trabalhista⁵³.

Nesta tese, Barroso acrescentou que o sistema constitucional sindical brasileiro, apoiado no tripé da representatividade obrigatória, unicidade e custeio por tributo, não é imutável, podendo ser alterado. Segundo o seu entendimento, o legislador dá os primeiros passos para esta alteração⁵⁴.

Em síntese, os votos que concluíram pela constitucionalidade fizeram o Princípio da Liberdade Sindical prevalecer sobre as características de origem totalitária remanescentes no sistema sindical brasileiro, e afirmaram a sua compatibilidade com a ausência de compulsoriedade na contribuição sindical.

3.2.2 O afastamento das inconstitucionalidades formais

Todos os argumentos da tese vencedora apontaram a total ausência de inconstitucionalidades formais alegadas pelos autores das ações diretas de inconstitucionalidade julgadas pelo plenário no dia 28 de junho de 2018.

Para Alexandre de Moraes, a exigência de lei complementar prevista no Art. 146, III, está limitada às normas de organização e integração do sistema tributário nacional. Este não seria o caso do fim da compulsoriedade⁵⁵.

Em segundo, estabeleceu-se a desnecessidade de lei específica para este caso. A alegação de violação do Art. 150, §6º, da Constituição não foi acolhida. Segundo tal dispositivo, qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só pode ser concedido mediante lei específica. Argumentou que nenhuma dessas hipóteses se encaixa na situação tratada, onde se finda a compulsoriedade da contribuição sindical obrigatória. Para além disso, o Min.

52 STF. PLENO – STF julga constitucional fim da contribuição sindical obrigatória. **YouTube**, 29 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0SgdMkxJUVo&t=1698s>>. Acesso em 26 set. 2018, 00:40:49-00:56:21.

53 *Ibidem.*, 00:40:49-00:56:21.

54 *Ibidem.*, 00:40:49-00:56:21.

55 *Ibidem.*, 00:03:15-00:40:38.

Alexandre de Moraes também considerou que mesmo que se encaixasse, ainda assim, não haveria inconstitucionalidade, porque a finalidade da norma veiculada pelo referido dispositivo constitucional tem é evitar o “contrabando legislativo”⁵⁶. O Min. Luís Fux apresentou exatamente o mesmo argumento no seu voto, afirmando a ausência de normas gerais de Direito Tributário no Art. 150, §6º⁵⁷. O Min. Barroso defendeu, no mesmo sentido, que a Lei n. 13.467/2017 não escondeu as suas intenções de acabar com a obrigatoriedade da contribuição sindical legal⁵⁸.

Por fim, foi afastada a necessidade de acompanhamento de impacto orçamentário ante a presença de renúncia de receita. Assim, não haveria descumprimento do Art. 113 do ADCT⁵⁹, acrescido pela EC n. 95/2016, que impõe o acompanhamento de impacto orçamentário nas situações onde haja renúncia de receita. No voto de Alexandre de Moraes, o fundamento desta posição estaria no conceito legal⁶⁰ de renúncia de receita, presente no §1º do Art. 14 da Lei Complementar n. 101/2000. O afastamento da compulsoriedade em detrimento da facultatividade do pagamento da contribuição não configuraria, segundo o Min. Moraes, nenhuma das hipóteses normativas previstas no dispositivo legal⁶¹.

Neste último ponto, o Min. Barroso apresentou argumento diverso, apontando que a contribuição sindical obrigatória, embora de caráter tributário (ainda que controverso, na visão do ministro), possui a excepcional característica de não abastecer os cofres públicos, já que são destinatárias da contribuição as entidades sindicais, e não o próprio Estado. Portanto, não seria aplicável a regra do Art. 113 do ADCT, que objetiva apenas proteger o orçamento público⁶².

O Min. Barroso não enfrentou em seu voto, contudo, o conteúdo do antigo Art. 589 da CLT, mencionado no voto do Relator, segundo o qual 20% do valor

56 STF. PLENO – STF julga constitucional fim da contribuição sindical obrigatória. **YouTube**, 29 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0SgdMkxJUVo&t=1698s>>. Acesso em 26 set. 2018, 00:03:15-00:40:38.

57 STF. Iniciado o julgamento sobre fim da obrigatoriedade da contribuição sindical (2/2). **YouTube**, 30 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yd5ha3wwwK6c&t=516s>>. Acesso em 02 out. 2018, 01:29:40-01:43:58.

58 *Ibidem.*, 00:40:49-00:56:21.

59 O dispositivo determina que “a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”.

60 Segundo o dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, a renúncia de receita “compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado”.

61 *Op. cit.*, 00:03:15-00:40:38.

62 *Ibidem.*, 00:40:49-00:56:21.

arrecadado com a contribuição se destinava à Conta Especial Emprego e Salário, adquirindo caráter de receita pública, atuando diretamente no custeio do programa seguro-desemprego, abono salarial e financiamento de programas de desenvolvimento econômico.

A ausência de inconstitucionalidades formais também foi a posição tomada pelo Min. Marco Aurélio de Mello, mas por um fundamento completamente diverso do apresentado pelos demais membros da corte. Considerou que apenas a contribuição confederativa possui sede constitucional. Por outro lado, classificar a contribuição sindical obrigatória como tributo não teria o menor cabimento. A contribuição sindical não é alcançada pela contribuição social estabelecida no Art. 149 da Constituição, por dois fundamentos. Primeiramente, não seria concebível, na visão do julgador, que pessoa jurídica de Direito Privado fosse polo ativo de obrigação tributária. Além disso, a redação do Art. 149 se refere às contribuições como instrumento da atuação das categorias profissionais e econômicas – a contribuição sindical obrigatória não cumpriria esse papel⁶³. Esse entendimento foi reiterado pela Min. Carmen Lúcia⁶⁴.

O voto do Min. Marco Aurélio admitiu, contudo, que o reconhecimento da contribuição legal como tributária ensejaria a presença de vício formal. Haveria a extinção de uma obrigação tributária, que, nos termos do Art. 146, III, alínea b, da Constituição Federal⁶⁵, só poderia se dar por lei complementar⁶⁶.

Em síntese, as inconstitucionalidades formais foram afastadas por diferentes fundamentos. A maioria dos ministros reconheceu a natureza tributária da contribuição sindical obrigatória, apresentando outros argumentos para rebater as alegações apresentadas na ação. É destacável a posição do Min. Marco Aurélio, compartilhada pela Min. Carmen Lúcia, que nega que a contribuição debatida seja tributo, mas admite que se não fosse o caso, haveria a necessidade de lei complementar, com base no Art. 146, III, (b), da Constituição, e consequente inconstitucionalidade formal. Moraes e outros ministros também rebateram este ponto, ao afirmar que este só se aplica a normas gerais de Direito Tributário – a

63 STF. PLENO – STF julga constitucional fim da contribuição sindical obrigatória. **YouTube**, 29 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0SgdMkxJUVo&t=1698s>>. Acesso em 26 set. 2018, 01:42:45-02:05:30.

64 *Ibidem*, 02:05:35-02:11:47.

65 Art. 146. Cabe à lei complementar: III – estabelecer normas gerais e matéria de legislação tributária, especialmente sobre: b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.

66 *Op. cit.*, 01:42:45-02:05:30.

regra questionada seria específica. Não houve defesa das inconstitucionalidades formais para além destas tratadas nos votos vencidos.

Ainda, se observou que dois votos determinantes para o julgamento da constitucionalidade utilizaram como pressuposto a ausência de natureza tributária da contribuição sindical obrigatória.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O JULGAMENTO DO STF NA ADI Nº 5.794 EM FACE DAS POSIÇÕES ANTERIORES DA CORTE

A análise dos julgados anteriores do STF possibilitou a extração de três posições firmadas, sendo possível ramificar a terceira: 1) a inequívoca natureza tributária; 2) a estrita relação da contribuição com a unicidade sindical; 3) a recepção pela Constituição de 1988, em função da 3.1) regra de transição do ADCT, apesar da matéria exigir lei complementar, e 3.2) da liberdade sindical relativizada no ordenamento constitucional. A seguir, confrontamos o julgamento da ADI nº 5.794 com estes entendimentos.

4.1 A QUESTÃO DA NATUREZA TRIBUTÁRIA

O Código Tributário Nacional dá a definição de tributo no ordenamento jurídico brasileiro em seu Art. 3º. Segundo o dispositivo, trata-se de “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Para a jurisprudência anterior do STF e a doutrina tributária, a contribuição sindical obrigatória se enquadra nesta definição. A natureza tributária foi reiteradamente reconhecida pelo STF. Esta conclusão deriva diretamente da leitura dos votos do Min. Sepúlveda Pertence e Gilmar Mendes, respectivamente na ADI nº 1.076-DF, no RE nº 180.745-9-SP e no Ag.Reg. no RE nº 1.0550524-SP. Para além da consideração desses ministros, também se constatou que este é o posicionamento majoritário da doutrina, capitaneada por autores como Ives Gandra Martins, Sacha Calmon Navarro Coelho e Hugo de Brito Machado, conforme registro no voto de Pertence na ADI movida em 1994.

A posição foi respeitada pela maioria dos ministros no julgamento da ADI nº 5.794. Nos votos vencidos, o entendimento foi unânime. A natureza tributária foi premissa no voto do Min. Fachin para apontar a inconstitucionalidade formal

existente em face da violação do Art. 113 do ADCT. O mesmo foi acompanhado pela Min. Rosa Weber e pelo Min. Dias Toffoli.

Até mesmo entre aqueles que votaram pela constitucionalidade das alterações promovidas na CLT referentes ao financiamento sindical, houve respeito a esta premissa. Conforme analisado anteriormente, os ministros Luís Fux, Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso se valeram de outros argumentos para afastar as inconstitucionalidades formais.

Moreaes afirmou ser impossível a aplicação do Art. 113 do ADCT, por considerar que a renúncia de receita, conceituada no §1º do Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, não estaria presente. Segundo este julgador, nenhuma das hipóteses legais corresponderia ao fim da obrigatoriedade da contribuição sindical obrigatória. Ressalta-se que não houve minúcia na descrição das hipóteses previstas da norma legal apontada para desclassificação da situação tributária julgada.

O segundo ministro também admitiu a natureza tributária, mas afastou a aplicação do Art. 113 do ADCT em função da ausência de destinação pública do dinheiro arrecadado. Conforme já comentado, a posição do Min. Barroso ignorou completamente o antigo Art. 589 da CLT, que previa destinação de parte do valor arrecadado para o Estado.

Apenas dois ministros negaram a natureza tributária da contribuição sindical obrigatória: Marco Aurélio de Mello e Carmen Lúcia. Ambos os votos foram no sentido de declarar constitucionais as normas celetistas impugnadas. É possível afirmar também que estes votos foram determinantes para o resultado do julgamento no plenário.

Convém destacar que o Min. Marco Aurélio enfatizou que caso se tratasse de tributo, seria inafastável a inconstitucionalidade formal, por afronta ao Art. 146, III, b, compreendendo que haveria norma geral sobre obrigação tributária a permitir alteração somente por lei complementar.

Evidentemente, tais entendimentos afrontam uma postura consolidada pelo STF ao longo dos anos, bem como contrariam a doutrina tributária mais respeitada.

Convém relembrar que na ADI nº 1.076, a natureza tributária fundamentou a decisão que considerou constitucional a proibição imposta às entidades sindicais de financiarem campanha eleitoral. Para além dos debates jurídicos, é inevitável a

conclusão de que a decisão contrariou interesses políticos das organizações de trabalhadores.

Na ADI nº 5.974, a decisão do STF volta a se apresentar como contrária aos interesses políticos das entidades sindicais, visto que se respalda um ataque ao financiamento destas. Contudo, o último julgamento foi decidido por votos que apresentaram fundamento jurídico oposto ao defendido anteriormente pela corte e pela doutrina.

4.2 A DISCUSSÃO DA EXIGÊNCIA DE LEI COMPLEMENTAR

Na questão da necessidade de lei complementar, também se revela uma contradição entre julgados anteriores e entendimento apresentado na ADI nº 5.794.

No RE nº 180.745-8/SP, o Min. Sepúlveda Pertence selou a recepção da contribuição sindical obrigatória nos termos dos Arts. 578 e seguintes pela Constituição de 1988. Na ocasião, conforme já tratado, se considerou que as normas foram recepcionadas apesar de serem veiculadas por lei ordinária, com base nos §§ 3º e 4º do Art. 34 do ADCT.

A decisão se deu apesar da consideração de que a matéria deve ser regulada por lei complementar.

Assim, é certo – como resulta da alusão ao art. 146, III – que a criação das contribuições “de interesse das categorias profissionais ou econômicas” tributos que são, hão de observar as normas gerais de Direito Tributário, matéria de lei complementar⁶⁷.

Na ocasião, a corte entendeu que a matéria é regulável apenas por lei complementar, afirmando a sua recepção com base em regras de transição previstas no ADCT.

Na ADI nº 5.794, não foi esse o entendimento que prevaleceu. Os votos divergentes consideraram que as regras sobre a contribuição sindical legal não compreenderiam normas gerais de Direito Tributário. Conforme analisado, o debate a respeito do que compreende “normas gerais de Direito Tributário” não foi aprofundado.

É conveniente destacar, por fim, a posição do Min. Marco Aurélio de Mello, segundo o qual a alteração legal estaria a tratar de normas gerais sobre obrigação

67 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 180.745-8-SP. Décimo Sexto Cartório de Notas da Capital. Seanor Sindicato dos Escreventes e Auxiliares Notariais e Registrais do Estado de São Paulo. Relator: Sepúlveda Pertence **Diário de Justiça**. Brasília, 08 mai. 1998. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=225529>>. Acesso em: 25 out. 2018, p. 718

tributária, se encaixando perfeitamente na hipótese do Art. 146, III, b, da Constituição Federal. Contudo, o ministro não admitiu a natureza tributária da contribuição sindical compulsória, julgando a alteração pela Reforma Trabalhista constitucional.

4.3 O VÍNCULO DE DEPENDÊNCIA COM A UNICIDADE E O PRINCÍPIO DA LIBERDADE SINDICAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Os julgamentos anteriores do STF consolidaram também a relação de dependência entre os elementos da unicidade sindical e da contribuição sindical obrigatória. São características que coexistem harmonicamente, permitindo o funcionamento de um sistema sindical em um quadro de baixíssima sindicalização. Essa característica foi ressaltada no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 21758-1/DF, relatado pelo Min. Sepúlveda pertence, quando se considerou que

A admissibilidade da contribuição sindical imposta por lei é inseparável, no entanto, do sistema de unicidade (CF, art. 8º, II), do qual resultou, de sua vez, o imperativo de um organismo central de registro das entidades sindicais, que, à falta de outra solução legal, continua sendo o Ministério do Trabalho⁶⁸.

O mesmo entendimento foi reiterado no Ag.Reg. no RE nº 1.055.524/SP, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, conforme visto anteriormente.

Na ADI nº 5.794, a relação entre unicidade e contribuição sindical obrigatória voltou a aparecer enfaticamente no voto vencido do Min. Edson Fachin, relator da ação. O mesmo reconheceu que o constituinte de 1988 optou pela manutenção do sistema sindical vigente até então, sustentado pelo tripé da unicidade sindical, representatividade obrigatória e custeio das entidades sindicais por tributo.

A partir dessa premissa, Fachin concluiu na decisão em medida cautelar que a mudança de um desses pilares poderia resultar na desestabilização de todo o regime sindical, com base em estudo coordenado pela Prof. Andrea Galvão, realizado na UNICAMP, em 2017⁶⁹. Esta tese foi reforçada com relatos de quedas de 97% de arrecadação nos sindicatos vinculados aos setores profissionais da

68 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº. 21758-1-DF. Sindicato dos Servidores Federais no Estado do Rio de Janeiro - SINDISERF/RJ. União Federal. Relator: Sepúlveda Pertence. **Diário de Justiça**. Brasília, 04 nov. 1994. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=115636>>. Acesso em: 25 out. 2018, p. 198.

69 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Ação direta de Inconstitucionalidade nº 5.794-DF. Relator: Edson Fachin. **Diário de Justiça Eletrônico**. 30 mai. 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314487599&ext=.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2018, p. 18.

telecomunicação, de 95% para aqueles ligados às categorias dos químicos, químicos industriais e engenheiros químicos, e de 93% nos setores profissionais dos combustíveis, com menos de um ano de vigência da Lei nº 13.467/2017⁷⁰.

Os votos favoráveis à constitucionalidade não consideraram essa relação. Abriu-se mão de uma visão constitucional sistêmica do regime sindical brasileiro com respaldo na sobreposição do Princípio da Liberdade Sindical, conforme já registrado a partir dos votos dos Min. Barroso, Moraes e Fux.

Se, por um lado, ignorou-se essa relação sistêmica, por outro, ressaltou-se a coerência com a liberdade sindical prevista no Art. 8º: “é livre a associação profissional ou sindical”.

Doutrinariamente, a liberdade sindical é compreendida como liberdade de associação, de organização, de administração (a partir das ideias básicas de democracia interna e autarquia externa), e de filiação e desfiliação⁷¹.

Este tema também foi objeto de decisões anteriores do STF. Convém lembrar que no RE nº 180.745-8/SP, o outro argumento utilizado pelo Min. Sepúlveda Pertence para sacramentar a recepção da contribuição sindical compulsória pela ordem constitucional vigente foi a adoção de uma liberdade sindical muito relativizada pela Constituição Federal. Entendeu-se o seguinte:

Creio que, no tema de que cuidamos, muitos se têm deixado seduzir a emprestar o seu próprio conceito ideal de liberdade sindical à investigação objetiva do que efetivamente tenha sido acolhido pela Constituição. Nela, uma vez desmitificada, o que, na verdade, e pôs foi um sistema de liberdade sindical mais que relativo, onde o caminho da aproximação aos parâmetros internacionais da Convenção 87, da OIT, se viu significativamente obstruído pela força cinquentenária da resistência do modelo corporativo do Estado⁷².

Esta concepção de liberdade sindical parece melhor se adequar àquela pretendida pelo constituinte. Evidentemente, como foi apontado pelo próprio Min. Pertence em 1998, e também pelos ministros Alexandre de Moraes e Barroso, há quem afirme que não é um sistema desejável. A Constituição preservou elementos

70 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Ação direta de Inconstitucionalidade nº 5.794-DF. Relator: Edson Fachin. **Diário de Justiça Eletrônico**. 30 mai. 2018. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314487599&ext=.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2018, p. 8.

71 NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compêndio de Direito Sindical**. 6. Ed. São Paulo: LTr, 2009, p. 49.

72 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 180.745-8-SP. Décimo Sexto Cartório de Notas da Capital. Seanor Sindicato dos Escreventes e Auxiliares Notariais e Registrais do Estado de São Paulo. Relator: Sepúlveda Pertence **Diário de Justiça**. Brasília, 08 mai. 1998. Disponível em: < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=225529>>. Acesso em: 25 out. 2018, p. 721.

com origens históricas autoritárias completamente incoerentes com a realização de efetiva uma liberdade sindical. A unicidade retira qualquer possibilidade de opção ao trabalhador, e a representatividade obrigatória afasta a liberdade de ser representado ou não por determinada entidade.

De qualquer forma, este é o desenho constitucional do sistema sindical. O voto do Min. Moraes critica veementemente esta configuração, e interpreta o fim da compulsoriedade como um avanço rumo à expansão da liberdade sindical. Segundo o ministro, faltaram condições políticas ao constituinte para que se avançasse mais na melhoria do sistema, e que essa tarefa vinha sendo bem desempenhada pelo legislador.

O Min. Barroso foi além, afirmando que o sistema sindical previsto na Constituição não é imutável, podendo ser plenamente alterado por emenda constitucional. A escolha do legislador também foi vista como adequada pelo ministro, porque significava a mudança para um modelo sindical marcado pela liberdade, muito melhor do que aquele paternalista, previsto na Constituição.

Embora estes votos demonstrem certa coerência nas críticas ao sistema sindical vigente, apresentam, por outro lado, são profundamente problemáticos, visto que contrariam expressamente o sistema eleito pelo constituinte, utilizando-se de uma noção liberdade sindical ideal, mas incompatível com o Art. 8º da Constituição Federal.

O Min. Barroso identificou na demanda um embate político entre um sistema sindical paternalista e outro marcado pela liberdade. A partir dos estudos realizados neste trabalho, é possível identificar outro embate político. De um lado, está a defesa de um sistema sindical historicamente construído pelo autoritarismo, com elementos cujas origens remontam a dois períodos históricos anti-democráticos. Os elementos da unicidade, representação obrigatória e contribuição compulsória não são compatíveis com uma efetiva concretização da liberdade sindical, mas são harmônicos entre si, e possibilitam o funcionamento do sistema em um país com baixíssima taxa de sindicalização de trabalhadores⁷³.

Este sistema foi defendido pelos ministros Fachin, Rosa Weber e Dias Toffoli, com argumentos em total harmonia com as posições adotadas pelo STF em oportunidades anteriores.

73 GALVÃO, Andrea (Coord). **Movimento sindical e negociação coletiva**. Teto para discussão nº 5. CESIT, UNICAMP, 2017. Disponível em: <<http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/11/Texto-de-discuss%C3%A3o-5-Negociacao-coletiva-e-sindicalismo-1.pdf>> acesso em 25.09.2018, p. 5.

Do outro lado, não há um novo sistema pautado pela liberdade sindical, que emerge da vontade do legislador, mas a manutenção do sistema vigente, sabotado pela Lei nº 13.467/2017. Com base em estudos científicos, o Min. Fachin afirmou que a mudança de um dos pilares do sistema de forma isolada pode desestabilizar todo o regime sindical. Paradoxalmente, o próprio Min. Barroso, que votou em sentido divergente, fez a mesma constatação, ao concluir o seu voto apelando ao constituinte derivado para que este desse fim aos elementos da unicidade, “porque senão, o modelo fica ‘capenga’”⁷⁴.

O discurso sobre liberdade sindical presente nos votos divergentes mascara o respaldo a uma alteração normativa completamente despreocupada com o sistema sindical brasileiro, que não oferece uma solução para os problemas anteriormente enfrentados, como o da baixa filiação, e ainda impõe novos, a exemplo da grave crise financeira já enfrentada pelas entidades sindicais.

Esta alteração vem no corpo de uma lei marcadamente retrógrada, que impôs à CLT uma reforma profundamente dissociada das ideias matrizes da Constituição de 1988⁷⁵, desprezou a centralidade da pessoa humana na ordem jurídica, esvaziou a igualdade em sentido material na relação entre empregado e empregador, desconstruiu o arcabouço normativo de proteção à saúde e segurança do trabalhador⁷⁶, bem como tornou o sindicalismo potencial adversário do trabalhador com a possibilidade de instituição de normas coletivas em prejuízo ao trabalhador, e retirou o poder de fiscalização dos sindicatos sobre a rescisão de contratos individuais⁷⁷.

Foi ao lado de normas neste sentido que se estabeleceu o fim da contribuição sindical obrigatória, de forma abrupta, sem a observância de uma transição⁷⁸. O que se verifica, em resumo, é a sabotagem de um sistema sindical que, a par de muitas críticas cabíveis, se mantinha em funcionamento. No STF, esta sabotagem foi respaldada pela invocação do Princípio da Liberdade Sindical em uma concepção incompatível com o Art. 8º da Constituição e com as interpretações anteriores que a corte vinha apresentando sobre o tema.

74STF. PLENO – STF julga constitucional fim da contribuição sindical obrigatória. **YouTube**, 29 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0SgdMkxJUVo&t=1698s>>. Acesso em 26 set. 2018, 00:40:49-00:56:21.

75 DELGADO, Gabriela Neves; DELGADO, Maurício Godinho. **A Reforma Trabalhista no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: LTr, 2018, p. 39.

76 *Ibidem.*, p. 41-43.

77 *Ibidem.*, p. 46.

78 *Ibidem.*, p. 45.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todo o desenvolvimento construído até aqui, e para além das conclusões já apresentadas no corpo do trabalho, parece necessário destacar duas grandes conclusões retiradas das análises dos julgamentos nos quais o STF apresentou algum entendimento sobre a contribuição sindical obrigatória.

A primeira delas é a de que ao julgar constitucional as alterações da Reforma Trabalhista impostas ao tema da contribuição sindical, a corte se viu obrigada a rever uma série de posicionamentos, apresentando entendimentos divergentes daqueles que vinha adotando em controvérsias sobre a matéria.

Em primeiro lugar, a natureza tributária da contribuição, antes unânime nos pronunciamentos do STF, foi afastada em alguns votos. Em segundo, o não reconhecimento das alterações como normas gerais de Direito Tributário sobre obrigação, nos termos do Art. 146, III, que afastou exigência de lei complementar, também se distanciou de entendimento apresentado em outro momento na corte. A consideração do sistema sindical harmônico, com o reconhecimento da ligação de interdependência entre a unicidade e o financiamento por tributo não foi lembrado ou enfrentado pelos votos divergentes.

A segunda conclusão destacável, que complementa a primeira, se refere ao debate que protagonizou o julgamento. Constatou-se o conflito entre a defesa do sistema sindical vigente proclamado no texto da Constituição de 1988, que encontra origens em regimes autoritários, e relativiza fortemente a liberdade sindical, e a invocação da própria liberdade sindical como um valor maior, concretizado pelo fim da compulsoriedade. Por trás dessa discussão, estaria a defesa de um sistema sindical defeituoso, longe de concretizar uma ideal liberdade sindical, mas eleito pela Constituição e funcionando a nível razoável, em face de uma reforma que não destruiu tal sistema para substituí-lo por outro, mas o sabotou retirando a principal fonte de custeio das entidades sindicais, mascarada pelo discurso da liberdade sindical.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004, v. 2.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1076-DF. Partido dos Trabalhadores. Presidente da República e Congresso Nacional. Relator: Sepúlveda Pertence. **Diário de Justiça**. Brasília, 07 dez. 2000. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=346810>>. Acesso em: 25 out. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ag.Reg. no Recurso Extraordinário nº 1.055.524-SP. Estado de São Paulo. Sindicato dos Investigadores de Polícia Civil do Estado de São Paulo – SIPESP. Relator: Gilmar Mendes. **Diário de Justiça**. Brasília, 27 mar. 2018. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14561176>>. Acesso em: 25 out. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Emb.Decl. no Ag.Reg. em Mandado de Segurança nº 35.471-DF. Sindicato dos Servidores Municipais de Itaboraí e Tanguá. Presidente da República. Presidente do Senado Federal. Presidente da Câmara dos Deputados. Relator: Luiz Fux. **Diário de Justiça**. 22 jun. 2018. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=15095505>>. Acesso em: 25 out. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Ação direta de Inconstitucionalidade nº 5.794-DF. Relator: Edson Fachin. **Diário de Justiça Eletrônico**. 30 mai. 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314487599&ext=.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 180.745-8-SP. Décimo Sexto Cartório de Notas da Capital. Seanor Sindicato dos Escreventes e Auxiliares Notariais e Registrais do Estado de São Paulo. Relator: Sepúlveda Pertence **Diário de Justiça**. Brasília, 08 mai. 1998. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=225529>>. Acesso em: 25 out. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº. 21758-1-DF. Sindicato dos Servidores Federais no Estado do Rio de Janeiro - SINDISERF/RJ. União Federal. Relator: Sepúlveda Pertence. **Diário de Justiça**. Brasília, 04 nov. 1994. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=115636>>. Acesso em: 25 out. 2018.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Comentários à Constituição de 1988**: Sistema Tributário. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**: obra revista, atualizada e ampliada, conforme lei n. 13.567/17 e MPr n. 808/17. 17. ed. São Paulo: LTr, 2018.

DELGADO, Gabriela Neves; DELGADO, Maurício Godinho. **A Reforma Trabalhista no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: LTr, 2018.

GALVÃO, Andrea (Coord). **Movimento sindical e negociação coletiva**. Teto para discussão nº 5. CESIT, UNICAMP, 2017. Disponível em: <<http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/11/Texto-de-discuss%C3%A3o-5-Negociacao-coletiva-e-sindicalismo-1.pdf>> acesso em 25.09.2018.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 10. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compêndio de Direito Sindical**. 8. Ed. São Paulo: LTr, 2009.

RAMOS FILHO, Wilson. **Direito Capitalista do Trabalho**: História, Mitos e Perspectivas no Brasil. 1. Ed. São Paulo: LTr, 2012.

STF. Iniciado o julgamento sobre fim da obrigatoriedade da contribuição sindical (2/2). **YouTube**, 30 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yd5ha3wwK6c&t=516s>>. Acesso em 02 out. 2018.

STF. PLENO – STF julga constitucional fim da contribuição sindical obrigatória. **YouTube**, 29 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0SgdMkxJUVo&t=1698s>>. Acesso em 26 set. 2018.